

A MORADIA ESTUDANTIL DA UNESP DE RIO CLARO: IMPACTOS NA PERMANÊNCIA E NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES SOCIOECONOMICAMENTE VULNERÁVEIS

ISADORA MACHADO

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
isadora.machado@unesp.br

EDGAR BENDAHAN RODRIGUES

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
edgar.bendahan@unesp.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A meritocracia na educação propõe que o sucesso acadêmico é resultado exclusivo do esforço individual, ignorando as desigualdades socioeconômicas que afetam as oportunidades dos estudantes. Quando tradicionalmente aplicada no sistema educacional falha em reconhecer que estudantes provenientes de diferentes contextos socioeconômicos enfrentam obstáculos distintos (Dubet, 2004). Essas desigualdades estruturais resultam em condições de partida desiguais, como a qualidade desigual das escolas, acesso diferenciado a recursos culturais e materiais e apoio familiar, minando a equidade de resultados e tornando a competição injusta desde o princípio. No contexto da educação superior, essas desigualdades são acentuadas, uma vez que o acesso e a permanência dependem de recursos financeiros, culturais e sociais que não estão igualmente distribuídos entre todos os estudantes desde a educação básica.

A criação de espaços universitários no Brasil nasceu de acordo com um projeto liberal, do qual a neutralidade e desinteresse não faziam parte. A universidade foi pensada a partir da necessidade de criar e reproduzir as elites dirigentes do país (Orso, 2007). Nos últimos anos, com o advento das políticas de inclusão adotadas pelas universidades públicas, o cenário vem mudando gradativamente. Contudo, essas políticas inclusivas e afirmativas, enquanto meios de efetivação da democratização do acesso ao ensino



superior, não puderam garantir que estudantes de baixa renda pudessem permanecer nele (Caôn; Frizzo, 2010).

Para uma democratização efetiva são necessárias políticas e programas que de fato possibilitem a inserção social e que garantam os subsídios que cubram gastos com moradia, alimentação, transporte, material acadêmico, entre outros (Estrada; Radaelli, 2014; Marafon, 2015). Dessa maneira, a permanência estudantil deve ser entendida como uma política social de direito, que auxilia na redução dos impactos causados pelas disparidades sociais por meio da criação de dispositivos que assegurem a continuidade de estudantes socioeconomicamente vulneráveis na educação superior, para que estes concluam sua formação acadêmica adequadamente (Silveira, 2012).

Um desses dispositivos é a moradia estudantil, que acaba por desempenhar um papel fundamental na permanência e sucesso acadêmico dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, pois garante a estabilidade e segurança destes através da oferta de espaço físico, permitindo que estudantes de diferentes origens tenham condições equitativas de acesso e permanência na universidade.

Assim, este estudo foi proposto com a intenção de analisar os impactos da Moradia Estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP) do Câmpus de Rio Claro enquanto política de permanência estudantil promotora da equidade e inclusão no ensino superior, bem como entender quais os impactos do espaço na trajetória universitária dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

DESENVOLVIMENTO

Teve-se por hipótese que a Moradia Estudantil se constitui como política imprescindível para a permanência no ensino superior de jovens socioeconomicamente vulneráveis, sem a qual não seria possível que estes finalizassem seus respectivos cursos. Supôs-se também que o espaço ultrapassa o seu intuito original de somente garantir um teto, e colabora na formação/desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos.

Para a consecução da proposta, a metodologia utilizada foi a qualitativa (Lüdke; André, 2013) e foram coletadas entrevistas semiestruturadas a partir da perspectiva da



história oral (Freitas, 2006), a fim de captar as experiências e percepções, ao longo dos anos, dos estudantes que residiram na Moradia Estudantil da UNESP de Rio Claro.

As entrevistas foram realizadas com alunos e ex-alunos que residiram na Moradia Estudantil da UNESP no Campus de Rio Claro. Na proposta inicial, as entrevistas seriam realizadas com ex-moradores e moradores que tivessem vivido no espaço entre os anos de 1993 (ano em que o prédio foi inaugurado) e 2023 (ano no qual se deu a realização das entrevistas).

A partir da coleta e análise das entrevistas percebeu-se, objetiva e subjetivamente, que residir no espaço contribuiu positivamente na continuidade dos estudos na universidade. Em todos os relatos coletados, os estudantes afirmaram que sem a moradia muito provavelmente eles não teriam como permanecer na universidade e/ou mesmo ter concluído os seus estudos. Em um dos depoimentos, por exemplo, um dos estudantes chega a afirmar que a moradia teve 90% de responsabilidade não somente por ele ter se formado, como também por estar prestes a concluir o mestrado. Outros estudantes adicionaram que outro fator fundamental para sua continuidade na universidade, além da moradia, era a oferta do auxílio socioeconômico disponibilizado pela Instituição.

Além dos impactos no desenvolvimento acadêmico, observou-se que residir no espaço implicou em profundos impactos no desenvolvimento pessoal dos entrevistados. Esses impactos estão sobretudo relacionados à constituição de um censo de coletividade e a formação da própria independência e autonomia. Um dos estudantes chegou a relatar que a convivência no espaço lhe permitiu a construção da própria identidade, a ressignificação da profissão e uma formação política. Outro acrescentou que neste espaço teve contato com debates pertinentes à sociedade, relacionados às questões de gênero e raça, por exemplo.

Por fim, a moradia estudantil, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas uma parte integral do processo educacional, pois garante estabilidade e segurança, elementos fundamentais para que os alunos possam concentrar suas energias na aprendizagem e no crescimento pessoal. Trata-se de um elemento que impacta não apenas a permanência acadêmica, mas também no amadurecimento e desenvolvimento pessoal dos estudantes, destacando a importância desses espaços como locais de aprendizado e crescimento para além do ambiente acadêmico tradicional.



Diante dessas reflexões, torna-se importante acrescentar que o investimento na construção de mais moradias estudantis é mais seguro do que direcionar recursos para auxílios para despesas com aluguel. Isto porque as moradias estudantis: a) representam um investimento em patrimônio físico, são construções que permanecem como ativos da instituição de ensino, diferentemente dos auxílios para aluguel, que são despesas recorrentes; assim, b) são bens duráveis que continuam disponíveis mesmo diante de crises orçamentárias; e proporcionam a c) garantia de disponibilidade, conferindo aos estudantes de baixa renda estabilidade e segurança habitacional que, por sua vez contribui para o bem-estar deste durante todo o período acadêmico (Machado, 2018).

CONCLUSÕES

As moradias estudantis são essenciais para que os alunos oriundos de outras cidades possam se estabelecer na cidade onde está localizada sua instituição de ensino, reduzindo as disparidades na educação e permitindo que os estudantes se dediquem aos estudos sem se preocupar constantemente com sua subsistência. Infere-se que esse lugar proporciona aos estudantes um local seguro e próximo à instituição de ensino, permitindo maior estabilidade e foco nos estudos, sendo responsável por mitigar desigualdades socioeconômicas.

Por fim, a convivência na moradia estudantil promove o desenvolvimento de habilidades sociais e o cultivo da cultura de coletividade, além de promover a autonomia e independência dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. **Revista Vertentes**, São João del-Rei, v. 19, n. 2, p.1-15, out. 2010. Semestral.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set. 2004.



ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [Araraquara], n. 16, fev. 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 132 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013. 112 p.

MACHADO, Isadora. **Permanência estudantil no ensino superior**: análise comparativa das universidades estaduais de São Paulo. 2018. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), 2018.

MARAFON, Nelize Moscon. **A política de assistência estudantil na educação superior pública**: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013). 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ORSO, Paulino José. A Criação da Universidade e o Projeto Burguês de Educação no Brasil. In: ORSO, Paulino José; SAVIANI, Demerval; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; NOSELLA, Paolo. **Educação, Sociedade de Classes e Reformas Universitárias**. 22 ed. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 43-86.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

